



REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA
JUNTO DA FAO, PAM E FIDA
Via Flavio Domiziano, 10 00145 Roma
Tel. +39 54233004/05 - Fax. + 39 54233017

**Exmo Senhor Director Geral da FAO,
Professor José Gaziano da Silva,
Excelentíssima Senhora Josefa Sacko,
Comissária da União Africana Para a
Agricultura,
Excelências, Senhores Ministros,
Excelências Senhores Embaixadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

É com profundo orgulho e satisfação que tenho a honra de presidir a este Evento Paralelo, que considero de grande importância, face à preocupante situação do nosso Continente, que infelizmente volta a conhecer um aumento do número de pessoas vivendo em insegurança alimentar.

Esta constatação remete-me para a observância de um extrato do discurso de Sua Excelência o Presidente da República de Angola, Dr. João Lourenço, proferido na Cimeira dos Chefes de Estado da União Africana, em Janeiro último, que a esse propósito referiu, e eu cito: “Precisamos de imprimir uma nova dinâmica e introduzir métodos inovadores orientados para acções concretas, porque afinal, temos a responsabilidade primária de transformar o nosso continente e corrigir assim o paradoxo africano que permanece inexplicável e intolerável, o de ser um continente rico em recursos naturais, mas assolado pela pobreza.” Fim de citação.

Com efeito, o Fundo Fiduciário de Solidariedade para África para a Segurança Alimentar, foi criado precisamente com o propósito de mobilizar contribuições de Países Africanos, com economias mais fortes, para apoiar os Países com maiores dificuldades e atenuar os graves problemas alimentares existentes, assim como aumentar a resiliência das populações rurais

às alterações climáticas e criar oportunidades de emprego, em especial para os jovens e mulheres.

Como é consabido por VEXAs, a criação do Fundo ocorreu na Conferência Regional da FAO para África, realizada em 2012, em Brazzaville e recebeu contribuições generosas de 30 milhões USD da República da Guiné Equatorial, 10 milhões da República de Angola e contribuições simbólicas da República dos Camarões e da Sociedade Civil presente, totalizando cerca de 40.000.000 USD (quarenta milhões de dólares americanos).

Tratou-se da primeira experiência do género que ocorreu no Continente Africano e cabe-me a mim, que assumi no ano passado a Presidência do Fundo, em Representação do governo de Angola e dos restantes membros do Comité Director, a responsabilidade de conceber e viabilizar a melhor forma de recapitalizá-lo, buscando recursos, onde estejam disponíveis, em

virtude do seu saldo actual ser, apenas, de 3 milhões de dólares.

Do montante original, foram financiados projectos no valor de 37 milhões de dólares, beneficiando programas regionais e projectos nacionais em 40 países africanos.

Neste capítulo, devo realçar o excelente trabalho realizado pela FAO, quer a nível da sede como da Direcção Regional em Accra e das Representações nos Países, quer na elaboração e gestão dos projectos, quer ainda na avaliação final.

A fim de garantir a transparência na utilização dos fundos e de avaliar o impacto dos projectos, uma equipe de avaliação da FAO visitou vários projectos no terreno. O relatório está em fase de finalização para posterior aprovação do Comité Director, e o mesmo estará ao dispor dos países membros que o solicitarem.

Ainda com o objectivo de garantir maior transparência, uma delegação chefiada por mim e composta por Representantes dos países doadores e de altos funcionários da Sede e da Direcção Regional da FAO, teve a oportunidade de testemunhar, através de visitas de terreno efectuadas no mês passado ao Malawi, Camarões e ao Uganda, os efeitos positivos dos projectos na melhoria da produção, da produtividade, na diversificação da produção e na melhoria de vida das comunidades.

Abro aqui um parêntese, para destacar a presença nesta sala de Altos Representantes destes Países, que poderão testemunhar as suas experiências.

Prossigo, referindo que durante a visita, constatamos que, em geral, os financiamentos concedidos pelo Fundo tiveram impacto positivo, ultrapassando mesmo as nossas expectativas. Os resultados, quando comparados com os dos camponeses que não beneficiaram do apoio,

são muito superiores. A produção foi mais elevada e o tempo entre a plantação e a colheita inferior, o que levou a esses camponeses a solicitarem ao Governo semelhante apoio.

Na ocasião, tivemos, igualmente, a oportunidade de visitar e falar directamente com os camponeses, responsáveis e dirigentes ao mais alto nível da agricultura daqueles Países. Visitamos a produção de hortícolas em torno das zonas urbanas, experiências de tanques de aquicultura e a produção de alevins e rações para os peixes, bem como a criação de galinhas e pequenos ruminantes.

Visitamos diversas escolas de campo criadas onde foi possível constatar as técnicas novas e melhoradas de cultivo, que foram transmitidas aos camponeses e que resultaram no aumento da produção e da produtividade, e notamos inclusão da mulher e de jovens no trabalho e nas formações.

Ficamos bem impressionados com o que vimos, sobretudo, com a qualidade e a sustentabilidade dos projectos. A demonstrá-lo, por exemplo, o facto de no Malawi, o êxito do projecto financiado pelo Fundo no valor de 2 milhões de dólares, ter levado a que outros doadores, como a União Europeia, tivessem manifestado o interesse de ver replicados esses projectos noutras zonas do País, tendo concedido para o efeito um financiamento adicional de 40 milhões de dólares americanos.

Por outro lado, nos Camarões e no Uganda, os Governos dispõem-se a contribuir com meios próprios, para replicar os projectos, dadas as inúmeras solicitações recebidas de camponeses de outros distritos que pretendem beneficiar de projectos semelhantes.

**Prezado Director Geral da FAO,
Excelências,
Minhas senhoras e Meus Senhores**

O Fundo Fiduciário de Solidariedade nasceu com expectativas elevadas, por ser a primeira experiência em África e haver várias manifestações dos Países em contribuir, com vista a satisfação da plenitude do objecto para o qual foi criado. Porém, por ser um investimento com retorno, gostaríamos de expandir o número de contribuintes ao Fundo.

Desta forma o Comité Director do Fundo, está comprometido em revitalizar o Fundo de forma a não deixar morrer esta primeira e louvável iniciativa africana, e que contribui de forma significativa para o alcance dos principais Objectivos da Agenda 2030.

O Comité Director irá continuar a mobilizar os Governos e entidades privadas africanas, para que sejam os principais suportes do Fundo. Ao mesmo tempo, o Comité Director está a programar a realização de um Fórum Internacional de mobilização de recursos, junto aos Governos de Países Africanos e de outros de economias fortes,

Instituições Financeiras Internacionais, Fundações e do Sector Empresarial Privado, a ter lugar no ano em curso.

Nesse Fórum haverá um espaço final para anúncios de contribuições, que poderão ser em dinheiro ou em espécie.

Por outro lado, no quadro do Financiamento de Projectos pelo Fundo, estão a ser encaradas duas inovações:

- 1) Os Países beneficiários dos financiamentos do Fundo, deverão participar com fundos próprios, no mínimo com 20%, do valor global do respectivo projecto;
- 2) Para cada projecto financiado, dever-se-á procurar mobilizar co-financiamentos a nível local e internacional, para que os montantes dos projectos possam ser mais significativos e abranger um maior número de beneficiários.

A garantia da transparência, eficácia na gestão do Fundo de Solidariedade Africana, continuará a ser-nos dada pela FAO, que continuará com a responsabilidade da gestão dos recursos, utilizando os procedimentos internos da Organização.

A República de Angola, na sua qualidade de Presidente do Fundo, tem a honra de formular, em nome dos membros do Comité Director do Fundo de Solidariedade, o convite para que os Países aqui presentes participem activamente no Fórum e contribuam para o mesmo de forma solidária, em função das suas possibilidades, para que um maior número de projectos possam ser financiados, nos Países africanos que vivem ainda reconhecidas dificuldades, pois é nosso entendimento, que o compromisso e o contributo de todas as partes interessadas, Governamentais e não governamentais, são essenciais para que África atinja os

compromissos da Declaração de Malabo, para acabar com a fome até 2025, bem como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODS), em particular o ODS2 sobre a erradicação da fome, o alcance da Segurança Alimentar e a melhoria da nutrição e da agricultura sustentável, até 2030.

Muito obrigado!

Roma, 21 de Fevereiro de 2018